

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



SÍNTESE REGIONAL **SÃO PAULO**



APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH) é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, orientando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território, e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das cidades.

¹ Lei Federal nº 13.089/2015

² A FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”

Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas, e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município integrante da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **CADERNOS Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada tema. Com

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos Cadernos Regionais resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUI, dividindo agora o estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos Cadernos Temáticos, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos cadernos temáticos, os eixos do PDUH foram reorganizados em subeixos:

1. Dinâmica Ambiental;
2. Desenvolvimento Socioterritorial;
3. Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e
4. Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componham um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDUH: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território às mudanças climáticas e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por iniquidades sociais históricas.

Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Regionalização atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial, como de dinâmicas mais significativas apontadas nos Cadernos Temáticos. A partir deste diagnóstico deverão ser apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencar diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Ficha Resumo), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (Caderno Regional).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02
1. INSERÇÃO REGIONAL	05
2. QUADROS SÍNTESE DE SEUS PRINCIPAIS ATRIBUTOS	09
2.1. DINÂMICA ECONÔMICA	10
2.2. DINÂMICA AMBIENTAL	12
2.3. VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL	16
2.4. DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES	19
2.5. TRANSPORTE E MOBILIDADE	21
2.6. INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	23
2.7. NECESSIDADES HABITACIONAIS	25
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO REGIONAL	28

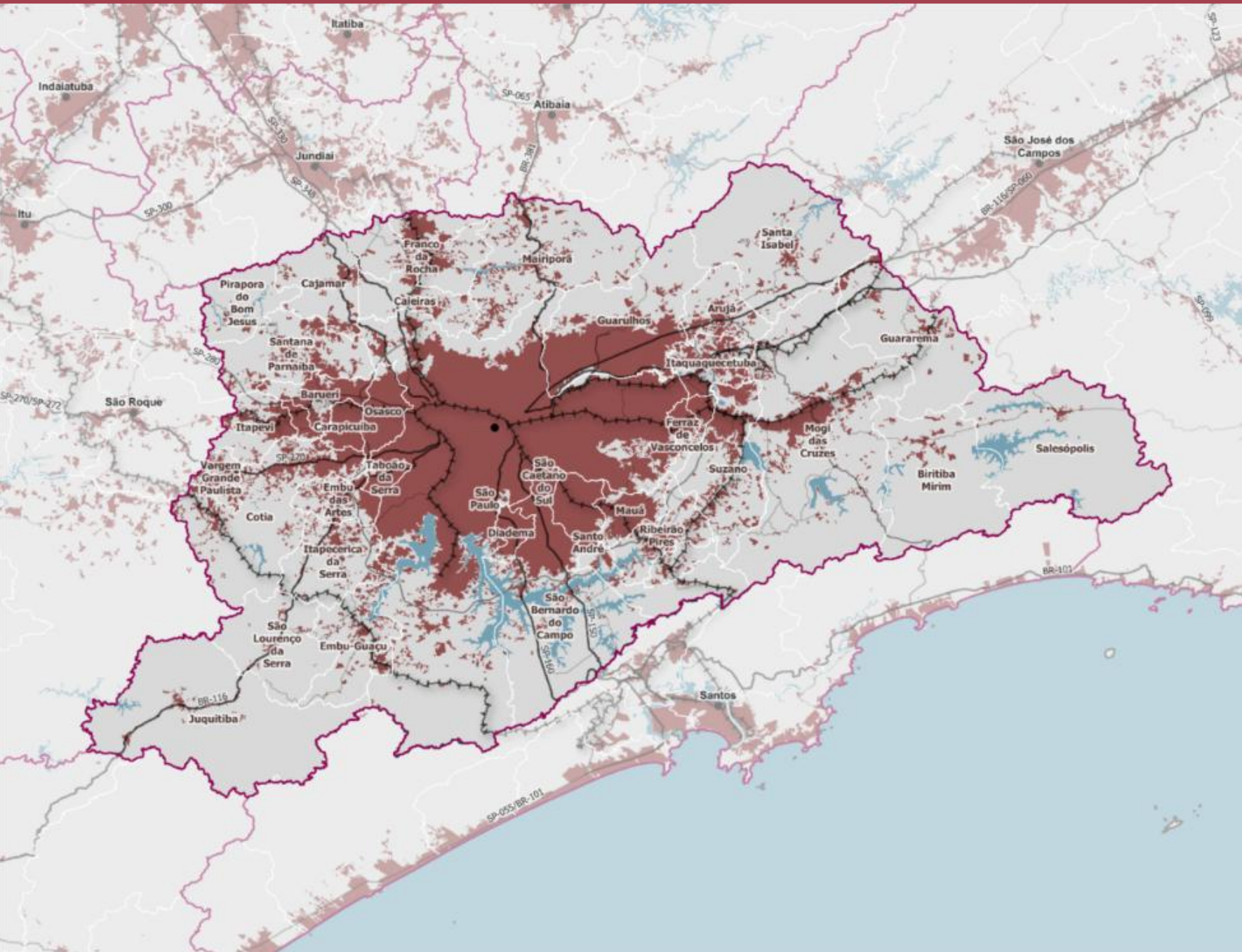


1. INSERÇÃO REGIONAL

A Região de São Paulo abriga uma população de **20.731.920 habitantes e é formada por 39 municípios**: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.

Localizada no sudeste do Estado de São Paulo, seu território coincide com a totalidade da **Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)**, criada pela Lei Complementar 1.139 de 16 de junho de 2011. A população de São Paulo, município polo da RMSP, é de 11.451.999 habitantes (IBGE, 2022), o que representa 55,24% da população total desta Região do PDUH para São Paulo.

A população dos sete maiores municípios (São Paulo, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Mogi das Cruzes e Mauá) soma 15.901.799 habitantes, o que representa 76,70% do total da Região de São Paulo.



INSERÇÃO REGIONAL

Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Centralidades Regionais
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Est. Terciária Estadual
 - Rod. Secundária
 - Rod. Principal
- +—+—+ Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Quadro Socioeconômico

	RMSP	% no ESP	ESP
Extensão Territorial (2022)	7.947km ²	3,2%	248.219,49 km ²
População (2022)	20.731.920	46,7%	44.411.238 hab.
Densidade (2022)	2.608 hab./km ²	-	178,92 hab./km ²
Grau de urbanização	99,25%	-	96,82 %
PIB 2021 (R\$ milhões)	1.390.102,7	51,11%	2.719.751,23
PIB per capita 2021 (mil R\$)	67,05	-	61,24
Área urbanizada (2023)	195.950,9	24,43%	8.019,94 km ²
Mineração (2023)	2.479,40	32,86%	7.544,50 km ²
Outras Culturas (2023)	189,23	4,7%	3.995 km ²
Vegetação nativa* (2023)	3.530,23 km ²	6,85%	51.561,73 km ²
Tx. crescimento geométrico anual População (2022-2010)	0,4%	-	0,61%
Tx. crescimento geométrico anual Área Urbanizada (2022-2010)	0,05%	-	1,24%
Rede de Centralidades	1	1,3%	76 centros

* Somatório das classes formação florestal, formação savânica, formação campestre, campo alagado e área pantanosa

Elaboração: Fipe, 2025



2. PRINCIPAIS ATRIBUTOS

2.1 DINÂMICA ECONÔMICA

SÍNTESE DA DINÂMICA ECONÔMICA

Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Polos de Desenvolvimento (SDE, 2019)

- Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI
- Alimentos e Bebidas
- Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos
- Químico, Borracha e Plástico
- ⊗ Parque Tecnológico (InvesteSP, 2025)
- Ⓜ Estâncias Turísticas (SETURV, 2024)

Mineração (ANM, 2024)

- ↗ Destaque Estadual

PIB Municipal (Bilhões - IBGE, 2021)

- 0 - 3
- 3 - 11
- 11 - 35
- 35 - 86
- 86 - 829

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

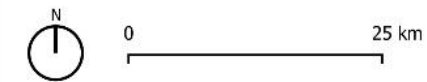
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é o maior polo econômico do estado e do Brasil. Seus 39 municípios constituintes destacam-se nos serviços, na indústria, na agropecuária, na mineração e no turismo. A região concentra 54% dos empregos formais e 51% do PIB do estado, sendo que o município de São Paulo, a principal metrópole nacional, representa 59,6% do PIB regional e 30,5% do estadual. Os outros polos regionais, de acordo com o PIB, são Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Barueri.

A distribuição do Valor Adicionado (VA) permite identificar os diferentes perfis presentes na região. Apesar do VA da Agropecuária representar apenas 0,2% no total da região, a atividade tem grande importância nos municípios de Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Suzano, na horticultura, responsáveis pelo abastecimento da região. Já o VA da indústria corresponde a 15% do total, cujos principais municípios, além de São Paulo, são Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá, todos de tradição industrial. Os principais setores industriais, segundo os dados do Valor de Transformação Industrial (VTI) são o de fabricação de produtos químicos, veículos automotores, produtos de borracha e de material plástico, produtos farmoquímicos e farmacêuticos, produtos alimentícios, produtos de metal, e máquinas e equipamentos. No entanto, é importante ressaltar que a RMSP vem perdendo participação no setor industrial, que está se deslocando para as regiões metropolitanas do interior, principalmente as de Campinas e Sorocaba.

O maior VA é do setor de Serviços (85%), atividade altamente concentrada em São Paulo, que representa 63,3% do total. O município é o centro dos Serviços Intensivos em Conhecimento (SICs), um subconjunto dos serviços que surgiram para atender à demanda das empresas, instalando-se fora das indústrias. Relacionados à informação e conhecimento, estão fortemente baseados na capacitação de nível superior. A RMSP tem representatividade nos SICs Sociais (educação superior e saúde), Profissionais (publicidade, contabilidade, atividades jurídicas e recursos humanos), Tecnológicos (tecnologia da informação, telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e exatas, serviços de engenharia e arquitetura) e Financeiros (atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar).

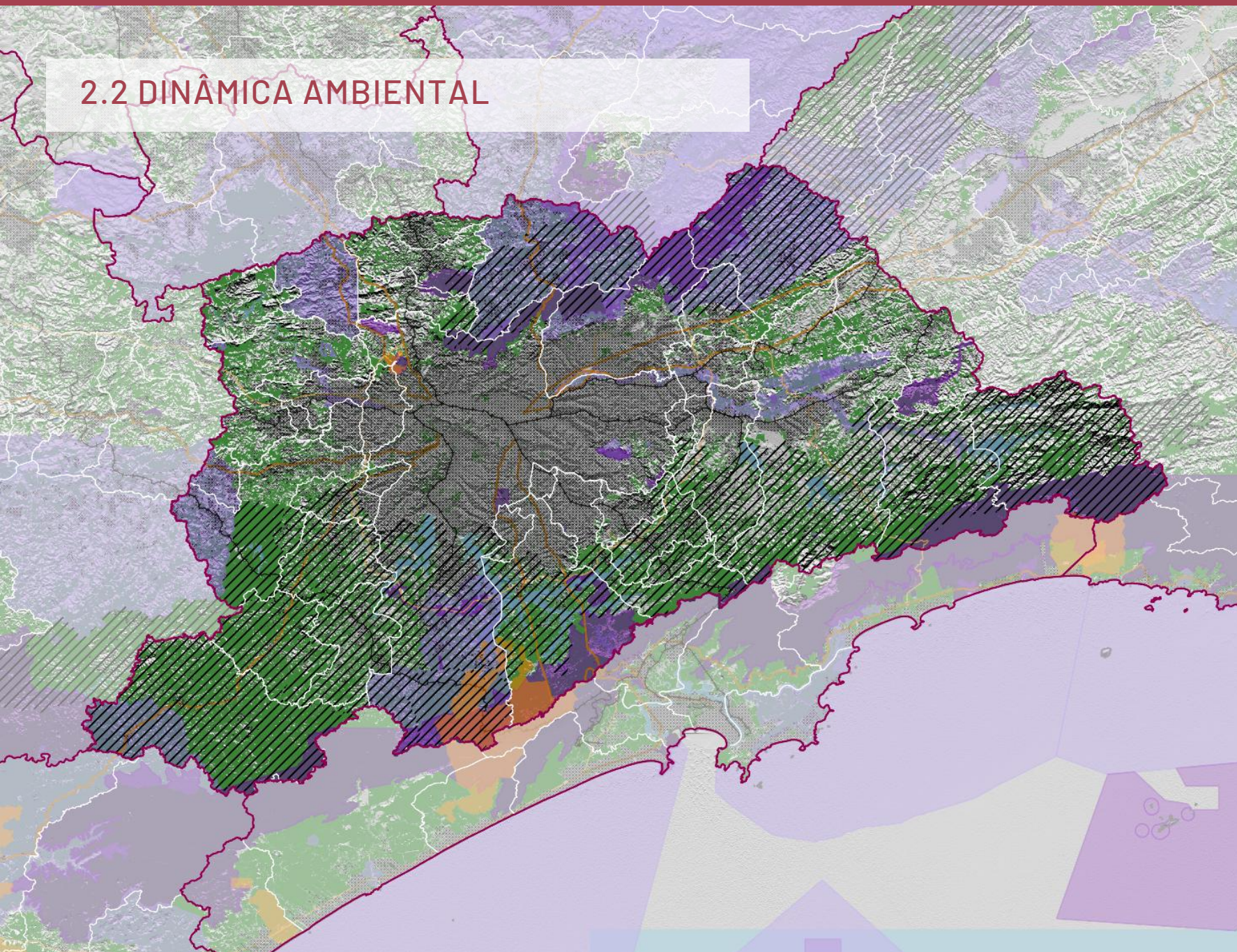
A região destaca-se também na mineração, correspondendo a 28% da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), que costuma ser utilizada como indicador indireto de presença da atividade no território. O primeiro município arrecadador do estado é Mogi das Cruzes, mas se destacam, também, Santana de Parnaíba, São Paulo, Guarulhos e Santa Isabel, todos posicionados entre os dez maiores municípios em termos de arrecadação da CFEM. As principais substâncias exploradas na RMSP são, principalmente, insumos para a construção civil, como areia, brita, cascalho e calcário, havendo, também, produção de água mineral.

No turismo, destacam-se as estâncias turísticas de Embu das Artes, notória por sua Feira de Arte e Artesanato; Ribeirão Pires, com turismo ecológico, rural e religioso, além da presença da Represa Billings, onde é possível praticar esportes náuticos; e Salesópolis, onde está localizado o Parque Nascentes do Tietê. Ressalta-se, ainda, a importância do turismo de negócios, cultural e gastronômico na capital São Paulo.

Na RMSP, estão presentes 10 dos 12 Polos de Desenvolvimento, mapeados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado, com grande representatividade, abarcando a maior parte dos municípios da região, sendo que sete deles estão presentes em todos os polos. Sobressaem-se os polos Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos, em 34 municípios; Automotivo, com 32; Alimentos e Bebidas, com 31; Têxtil Vestuário e Acessórios, em 30 municípios.

No entanto, é importante ressaltar a grande disparidade de desenvolvimento econômico dentro da região. O município de São Paulo concentra a maior parcela de atividades produtivas, oportunidades de emprego e instituições de ensino superior e técnico, o que é prejudicial, não só para o crescimento da região, como também do restante do estado.

2.2 DINÂMICA AMBIENTAL



MEIO AMBIENTE ATRIBUTOS

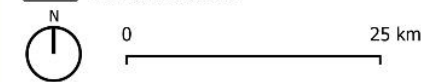
Região de São Paulo

ESTADO DE SÃO PAULO



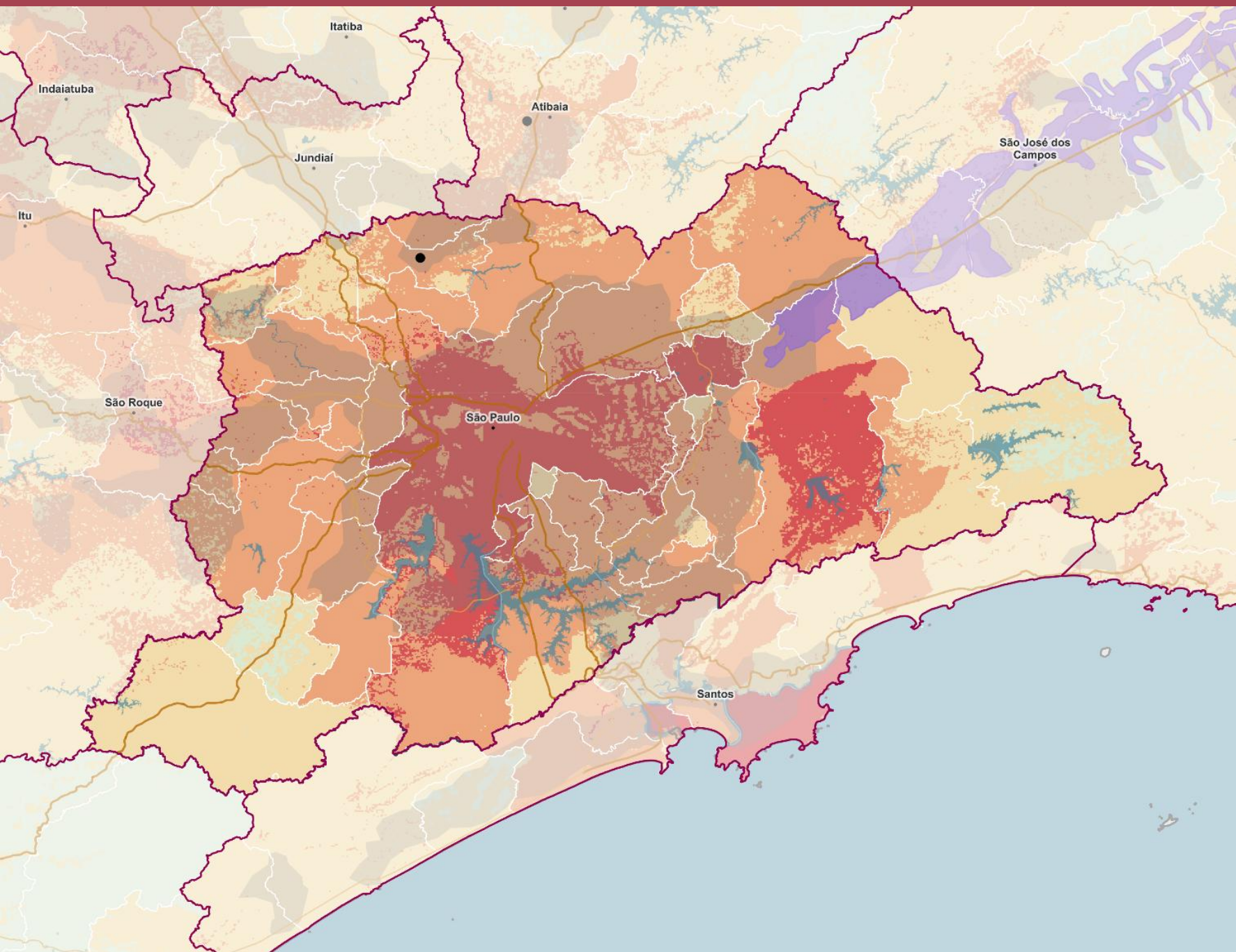
LEGENDA:

- Inventário Florestal (SEMIL, 2020)
- Unidades de Conservação (CNUC, 2025)
 - Proteção Integral
 - Uso Sustentável
- Terras Indígenas (FUNAI, 2024)
- Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (DATAGEO)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas atlas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo



Informações:

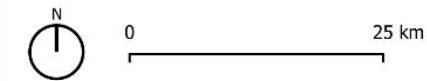
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO

- LEGENDA:**
- Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)
 - Muito alto
 - Segurança Hídrica - Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) (SEMIL, 2021)
 - 1 - pior situação
 - 2
 - 3
 - 4
 - Balanço Hídrico Quali-Quantitativo (ANA, 2016)
 - Criticidade quali-quantitativa
 - Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos (DAEE, 1997)
 - Limites Municipais (São Paulo)
 - Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Massas d'água
 - Limites Municipais
 - Regionalização CDHU



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (BHAT) corresponde à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 06, que coincide com aproximadamente 70% do território da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Dentre os 39 municípios da RMSP, 37 estão total ou parcialmente inseridos na BHAT, sendo que 34 deles têm suas sedes municipais localizadas nessa bacia, o que equivale a 99,5% da população da RMSP. A região possui ainda municípios inseridos total ou parcialmente em outras cinco UGRHIs: Ribeira de Iguape e Litoral Sul, Paraíba do Sul, Sorocaba e Médio Tietê, Baixada Santista e Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Segundo o Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP), apesar da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ser caracterizada por áreas de intensa urbanização, fortemente antropizadas, uma significativa parcela do território metropolitano é ainda recoberta por remanescentes vegetais nativos. Do ponto de vista da cobertura vegetal, considera-se que cerca de 37% da área da RMSP é composta por vegetação natural. Não obstante os expressivos índices de cobertura vegetal observados na RMSP, sua distribuição não é equilibrada e encontra-se concentrada nas áreas mais afastadas do centro da metrópole. Assim como ocorre com a análise de demais aspectos que caracterizam a RMSP, tal concentração reflete as características de um território desigual que, seja do ponto de vista ambiental, social ou econômico, apresenta desequilíbrios a serem devidamente identificados e corrigidos no processo de planejamento e desenvolvimento da metrópole. Embora associado a um amplo e histórico processo de estruturação do território metropolitano em que variados fatores concorrem à consolidação dessa situação, o atual quadro ambiental sustenta-se, dentre outros elementos, sobre os aspectos relativos à legislação ambiental e à produção do espaço urbano, incluindo o acesso à moradia na RMSP.

No que se refere à legislação ambiental, grande parte dos instrumentos legais existentes que implicam na proteção, conservação e recuperação ambiental localizam-se precisamente nas áreas onde há maior presença dos atuais fragmentos de vegetação observados. Na RMSP, quanto aos instrumentos legais, destacam-se a instituição das Áreas de Proteção aos

Mananciais (APMs), das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs), e das Unidades de Conservação – uso integral ou sustentável. As APMs e APRMs compreendem as sub-bacias com reconhecido potencial hídrico que contribuem para a formação de reservatórios destinados ao sistema de abastecimento público. Com vistas à produção de água em quantidade e qualidade adequadas, o uso e ocupação do solo nessas áreas são controlados de modo a estabelecer condições ambientais favoráveis ao aproveitamento hídrico.

Em alguns casos, reforçando a distribuição espacial da cobertura vegetal existente, a Lei de Proteção aos Mananciais ocupa de 80% a 100% de alguns municípios da RMSP, como o caso de Embu-Guaçu, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Itapeverica da Serra, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Biritiba-Mirim, Santa Isabel e Mairiporã, onde a referida legislação impõe variados graus de restrição ao uso e ocupação do solo.

As APMs e APRMs são áreas estratégicas para o planejamento metropolitano e requerem uma ação articulada dos diversos níveis e setores de governo. Por sua vez, as Unidades de Conservação (UCs) são territórios dotados de atributos naturais e culturais relevantes para a manutenção do equilíbrio ecológico e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Estabelecendo as relações entre os fragmentos de vegetação existentes e a legislação instituída, evidencia-se a importância estratégica das áreas sujeitas às diretrizes e normas de proteção e recuperação dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e das Unidades de Conservação que abrangem o território da RMSP.

A respeito dos aspectos relativos à produção do espaço urbano que afetam o atual quadro ambiental na RMSP, é relevante sublinhar a ocupação das Áreas de Proteção aos Mananciais e demais áreas ambientalmente sensíveis no interior da metrópole. Apesar dos esforços empreendidos, a informalidade habitacional ainda atinge milhares de pessoas nas APMs e APRMs, manifestando-se na forma de favelas e loteamentos clandestinos, sem regularização fundiária. Não apenas circunscrita às décadas de 1980 e 90, a situação agravou-se fortemente ao longo dos anos tornando-se necessária atuação articulada e focada das instituições. Nesse sentido, têm sido efetuadas

ações conjuntas envolvendo diferentes órgãos ambientais e demais instituições públicas competentes para viabilizar medidas socioambientais visando à urbanização e à regularização fundiária. A ocupação dessas áreas de grande interesse ambiental é, muitas vezes, a única alternativa para uma significativa parcela da população que não consegue adquirir sua moradia por meio dos mecanismos formais de mercado. A provisão de habitação de interesse social, visando à recuperação e/ou requalificação das áreas ocupadas irregularmente, torna-se, assim, uma das ações públicas prioritárias no contexto de superação dos desequilíbrios existentes na RMSP.

Além dos aspectos mencionados acima, com vistas ao desenvolvimento sustentável da RMSP, é preciso destacar a importância de demais aspectos associados à manutenção e à promoção da biodiversidade e da sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos na metrópole. Em uma leitura do território que permita reconhecer os benefícios obtidos a partir dos ecossistemas naturais, fundamentais ao bem-estar humano e ao desenvolvimento socioeconômico do território, cabe sublinhar a relação que se estabelece entre elementos ambientais e urbanos, mais precisamente, entre a cobertura vegetal existente, as categorias de uso e ocupação do solo, e seus respectivos impactos no fornecimento de serviços ecossistêmicos metropolitanos. Desta associação, decorrem as possibilidades de incentivar a diversificação e a coexistência de atividades econômicas, urbanas, rurais e ambientais sem prejuízo aos serviços ecossistêmicos e recursos ambientais da metrópole.

Reforçando os desequilíbrios já mencionados acima, observa-se, novamente, que as áreas centrais da região metropolitana pouco contribuem à manutenção e à promoção dos ativos ambientais, enquanto as áreas mais afastadas exercem um papel fundamental ao provimento e ao aproveitamento dos recursos naturais.

Na perspectiva de reduzir as desigualdades territoriais e promover um desenvolvimento mais equilibrado da RMSP, cumpre reconhecer tanto a importância de salvaguardar os atributos ambientais existentes, garantindo a preservação e a conservação das atuais áreas já contempladas pelos instrumentos legais instituídos, quanto incorporar novas áreas, notadamente mais próximas às áreas centrais da metrópole, que possam incrementar a quantidade

de áreas verdes e, ao mesmo tempo, corrigir sua distribuição desigual no território.

Nesse sentido, merece destaque a proposta de criação do Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (SAVAP), uma das Estratégias para a Ação Metropolitana previstas pelo PDUI_RMSP. O SAVAP tem como objetivo central preservar, conservar, recuperar e conectar as áreas verdes visando à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos da RMSP.

Outro ponto de atenção na RMSP se refere à qualidade do ar. De acordo com o monitoramento feito pela CETESB, vários municípios da região são considerados como prioritários para a gestão da qualidade do ar por sua classificação desfavorável em relação ao ozônio (O₃) e ao Material Particulado (MP).

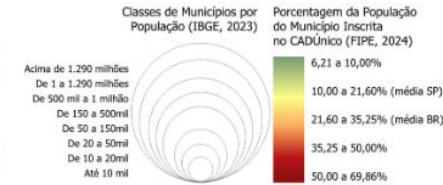
2.3 VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

SÍNTESE VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

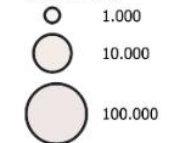
Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



População em favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2022)



Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos (DAEE, 1997)
Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (DATAGEO)

Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas ZEE (SEMIL, 2022)



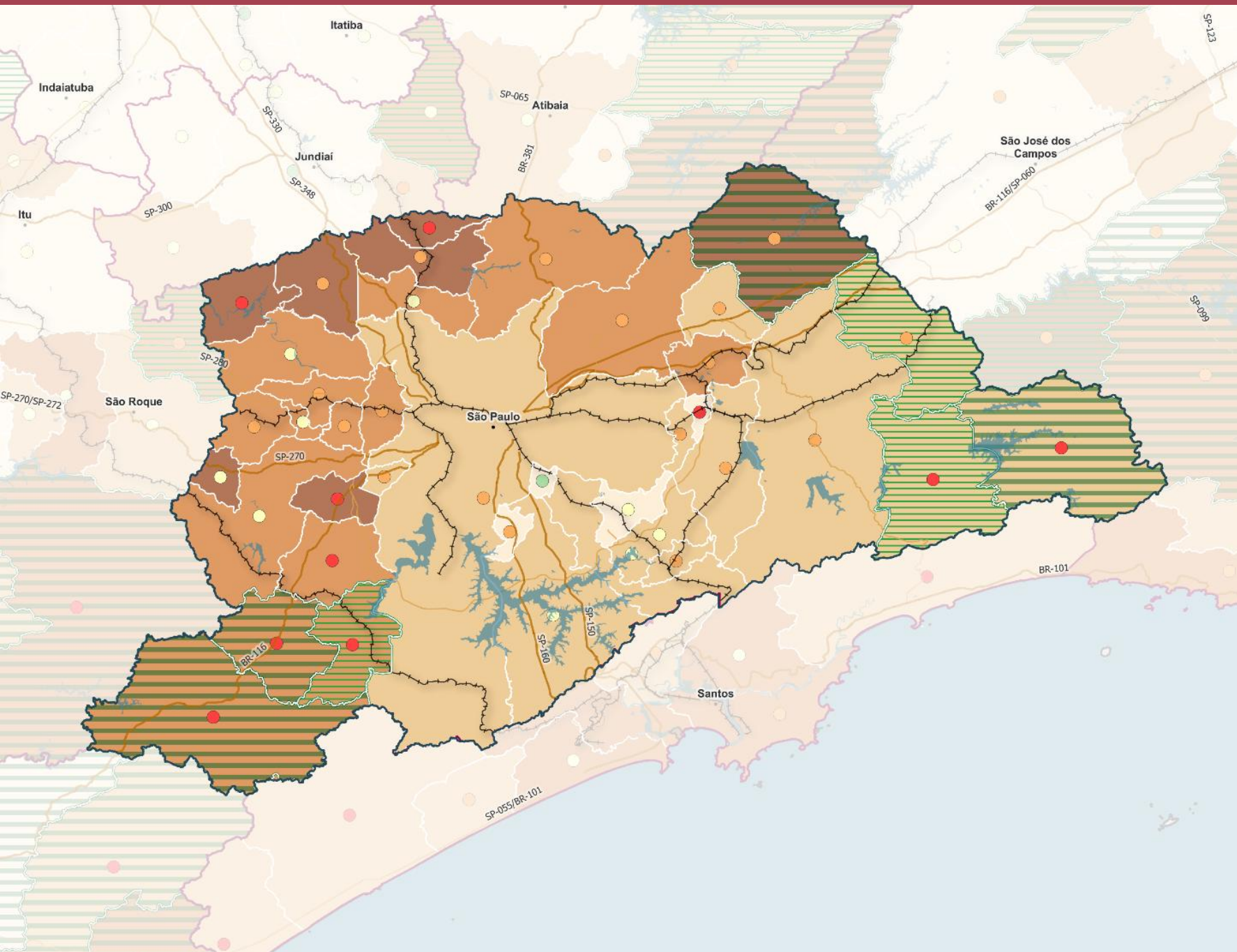
Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
Ferrovia em Operação (MT, 2024)
Área Urbanizada (IBGE, 2019)
Massas d'água

Regionalização CDHU
Limites Municipais
Regiões Metropolitanas
Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO-ICTEM

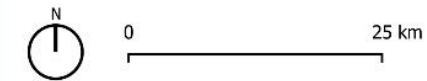
Região de São Paulo
 ESTADO DE SÃO PAULO

- LEGENDA:**
- Porcentagem da população por faixa do CadÚnico
- Até 10%
 - Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
 - Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
 - Maior que 35,25% até 50%
 - Maior que 50%

- Percentual de domicílios rurais (Censo, 2022)
- ▨ 10 a 20%
 - ▨ 20 a 73%

- Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município -ICTEM (CETESB, 2022)
- 0,0 - 2,5
 - 2,6 - 5
 - 5,1 - 7,5
 - 7,6 - 10

- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



Informações:
 Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
 Projeção: Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
 Elaboração: Fipec, 2025

Na RMSP estão concentrados os problemas e necessidades habitacionais mais relevantes do estado de São Paulo. As favelas e comunidades envolvem a mancha urbana central da RMSP, definindo claramente um anel, delimitado ao norte pelo Sistema Cantareira e ao sul pelas represas Billings e Guarapiranga, áreas ambientalmente protegidas e com importante função de produção de água para o abastecimento da região. Observa-se um efeito de espraiamento e periferização a partir do município de São Paulo, que transborda para os municípios vizinhos.

A expansão urbana da RMSP sobre as áreas de maior declividade, assim como a ocupação dos fundos de vale e sua consequente impermeabilização, condicionou a localização das principais ocorrências de áreas de risco por escorregamento das encostas e alagamentos ou inundação dos vales no seu território. O crescimento urbano desordenado, a ausência ou mesmo a precariedade das infraestruturas e o adensamento populacional em moradias de baixo padrão construtivo tem contribuído para o crescente registro de ocorrências de escorregamentos e inundações em áreas urbanas.

Os municípios inseridos em Áreas de Proteção aos Mananciais (APM) e Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), que devem ter sua expansão urbana muito bem regulamentada e planejada, são outro grande desafio na RMSP. Destaca-se a ocorrência de favelas e comunidades em torno das represas Billings e Guarapiranga, áreas que se configuram como prioritárias para a recuperação e a requalificação urbana e ambiental devido à importância estratégica desses mananciais para o abastecimento de água da RMSP.

As intervenções nesses territórios de precariedade habitacional e urbana na RMSP são desafiadoras e compreendem medidas de regularização fundiária dos assentamentos, melhorias habitacionais e adequação urbanística, incluindo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Outro ponto de atenção na RMSP se refere à qualidade do ar. De acordo com o monitoramento feito pela CETESB, vários municípios da região são considerados como prioritários para a gestão da qualidade do ar por sua classificação desfavorável em relação ao ozônio (O₃) e ao Material Particulado (MP).

Os dois poluentes são gerados em processos de combustão (direta e indireta) advindos das fontes móveis e dos segmentos industrial e agrícola. Dados de 2020 mostraram que todos os municípios da RMSP, com exceção de Biritiba-Mirim e Salesópolis, apresentaram prioridade para a gestão da qualidade do ar em relação ao O₃. Já em relação ao MP, têm destaque os municípios de Guarulhos e São Caetano do Sul.

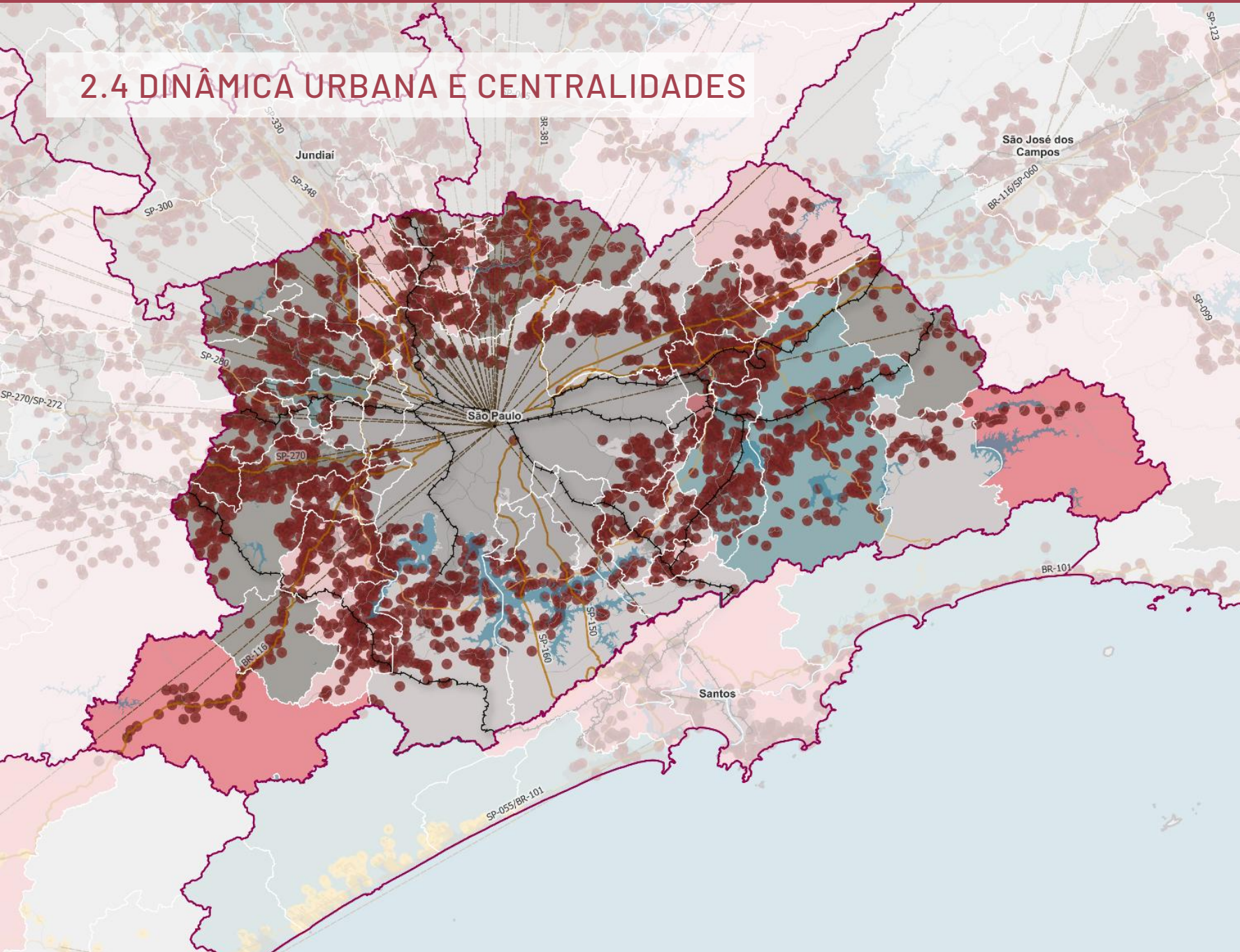
Além desses fatores, uma das maiores vulnerabilidades da RMSP é a segurança hídrica. A RMSP está inserida, em grande parte, na Bacia do Alto Tietê, que produz apenas cerca de metade da água que a região consome. Esse déficit hídrico leva à dependência de transposições de outras bacias para atender à demanda da região. Esse cenário tende a se agravar com os períodos de estiagem mais longos provocados pelas mudanças climáticas.

Segundo o Decreto n.º 67.430, de 30 de dezembro de 2022 (Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo - ZEE-SP), a RMSP convive com desafios ambientais e socioeconômicos de grande envergadura que devem ser levados em consideração na formulação de diretrizes e políticas públicas. Como visto, destaque deve ser dado à segurança hídrica, especialmente crítica em razão das altas demandas de água pelos setores produtivos e das condições de criticidade do balanço hídrico. Tal questão pode ser ainda agravada pela enorme concentração demográfica da região, bem como pelas projeções climáticas, que apontam uma probabilidade de redução das precipitações e de aumento das temperaturas na região. Outro destaque é em relação à questão habitacional, pela grande concentração de domicílios em favelas, o que exige a formulação de políticas públicas integradas.

2.4 DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES

SÍNTESE DINÂMICA URBANA E CENTRALIDADES

Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Relação entre TCGA População e Área Urbanizada (IBGE, 2024; Mapbiomas, 2024)

- Decrescimento Pop./Expansão Urb. Baixa
- Crescimento Pop. Baixo/Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Alto e Expansão Urb. Alta
- Crescimento Pop. Baixo/Expansão Urb. Baixa
- Crescimento Pop. Alto/Expansão Urb. Baixa

Clusterização de Áreas Urbanizadas (mín. 5un. em 10km)

- Macrometrópole
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rede Urbana da Região

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Estradas Vicinais
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A caracterização da configuração espacial do território busca identificar as principais dinâmicas urbano-regionais e os processos de produção e transformação da paisagem. Esta porção do estado paulista tem características de ocupação, práticas socioespaciais e econômicas ligadas ao espaço urbano conurbado da Macrometrópole Paulista. Com alto grau de urbanização as cidades compõem a concentração urbana brasileira mais populosa e conformam a centralidade de maior hierarquia do território nacional.

O padrão de ocupação espacial é influenciado por esta continuidade da urbanização, fazendo com que exista uma homogeneidade de ocupação do território com o padrão espacial da macrometrópole. Ele se irradia do município de São Paulo e da área conurbada da RMSP para as regiões metropolitanas limdeiras: Jundiaí, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba e Baixada Santista.

A região apresenta uma taxa geométrica de crescimento populacional de 0,43% ao ano, entre 2022 e 2010, valor inferior à média do Estado de São Paulo que foi de 0,63% para o período. A taxa geométrica de crescimento da área urbanizada da Região (0,49%) também apresenta valores inferiores à média estadual (1,24%), indicando um processo de adensamento urbano, uma vez que o ritmo anual de crescimento da população foi mais intenso do que a expansão da mancha urbana.

Analisando conjuntamente este processo para cada um dos municípios, observa-se que 41% das cidades que integram a RMSP apresentaram baixo crescimento populacional e baixa expansão da mancha urbana, esse padrão se localiza prioritariamente no entrono de São Paulo e do ABCD Paulista, onde a tendência indica uma consolidação da malha e um processo de transbordamento da dinâmica urbana para municípios mais distantes da sede, como acontece com Barueri, Suzano e Mogi das Cruzes, cujo crescimento populacional e número de domicílios foi elevado.

No mesmo sentido, os municípios de Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Caiiras, Franco da Rocha, Santa Isabel e Rio Grande da Serra, aparecem com dinâmicas de transição entre a sede da RMSP e os municípios periféricos, se caracterizando pelo baixo crescimento populacional e alta expansão urbana

e configurando a situação mais crítica dessa Região. Localizada junto aos limites da RMSP, a segunda categoria mais significativa da região, presente em 28,2% dos municípios, apresenta alto crescimento populacional e de área urbanizada, bem como teve um aumento de domicílios superior à média regional.

Outro processo de transformação urbana relevante é a verticalização e ampliação na participação de domicílios em apartamento, em 82,1% dos municípios da região, com destaque para as cidades cujo maior percentual de mancha urbana está conurbada à sede da RMSP. Também é relevante a ampliação na participação dos domicílios em condomínio nas cidades de Varagem Grande Paulista, Ribeirão Pires e Guararema, onde observa-se uma forte presença de condomínios de chácaras e uma ocupação mais dispersa no território municipal.

Diante deste quadro, o desafio posto para o ordenamento territorial da Região Metropolitana de São Paulo abrange a necessidade de um planejamento urbano, desenvolvimento e revisão de Planos Diretores alinhados com as diretrizes, objetivos e propostas estruturantes definidas pelo PDUI-SP.

Todos os municípios da região estão enquadrados dentro dos critérios de obrigatoriedades de elaboração de PD previstas no Estatuto da Cidade, porém nota-se que 33% deles têm datas anteriores a 2008, indicando uma demanda pela revisão destes marcos.

2.5 TRANSPORTE E MOBILIDADE

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E ROTAS LOGÍSTICAS



Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

-  Aeroportos Regionais
-  Internacional / Alta Capacidade

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)


-  Pátio / Ponto de Abastecimento
-  Estações e Pátios Autoassistidos


Linhas Metroferroviárias em Implantação (STM, 2025)

-  Coral
-  Prata
-  Ouro
-  Verde
-  Laranja
-  Esmeralda



Linhas EMTU em implantação (STM, 2025)

 Rotas Logísticas Rodoviárias (Min. Transp. 2018)




 Rotas Logísticas Ferroviárias (Min. Transp. 2018)


 Linhas Metroferroviárias em Operação (STM, 2025)


Rodoanel (SP-021)


-  Em Obras
-  Em Funcionamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

-  Estradas Terciárias
-  Rodovias Secundárias
-  Rodovias Principais

 Ferrovia em Operação (MT, 2024)

 Plano de Mobilidade Não Elaborado em Municípios com Obrigatoriedade (CDHU, 2024)

 Área Urbanizada (IBGE, 2019)



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A complexidade da dinâmica urbana da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerando a magnitude de seus números e escalas, reflete-se de forma intensa e direta na mobilidade. Para viabilizar uma análise comparativa adequada com outras regiões, faz-se necessário, inicialmente, estabelecer algumas ponderações.

Em termos institucionais, a RMSP concentra um número de agentes atuantes no território significativamente superior ao observado nas demais regiões analisadas, independentemente do modo de transporte considerado. Historicamente, a malha ferroviária desempenhou papel determinante no desenvolvimento e na expansão populacional da região, permanecendo, até hoje, como elemento central da mobilidade. Parte dessa estrutura sustenta o sistema ferroviário de passageiros, tanto em escala intrametropolitana (CPTM) quanto municipal (Metrô).

A presença de dois grandes aeroportos – Congonhas e Cumbica – ambos classificados como “Internacional / Alta Capacidade”, reforça o caráter multifacetado e estratégico da RMSP. Até a recente extinção da EMTU, esta era a única região atendida pelas três empresas subordinadas à Secretaria de Transportes Metropolitanos, o que denota, simultaneamente, maior atenção do Estado e maior concentração de desafios no setor.

A região concentra a maior parte das Rodovias Principais definidas pela metodologia adotada, interligadas pelo Rodoanel Mário Covas (classificado como Rodovia Secundária). Além disso, conta com uma extensa rede de rodovias terciárias e vias municipais de alta capacidade, como as Marginais Pinheiros e Tietê, que, apesar de não integrarem a malha rodoviária formal analisada, desempenham papel similar ao de rodovias, embora operem em níveis críticos de saturação. Por outro lado, algumas Rodovias Primárias, como a Presidente Dutra (em Guarulhos) e a Anchieta (em São Bernardo do Campo),

⁴ Disponível em https://transparencia.metrosp.com.br/sites/default/files/MetroSP_OD2023_Ebook_Resultados_0.pdf Acesso em 29 de abril de 2025.

funcionam, na prática, como “avenidas intermunicipais”, gerando fragmentação territorial e urbana.

A construção do índice de mobilidade para a RMSP apresenta desafios próprios e a análise aprofundada do território requer, necessariamente, a aplicação da abordagem intramunicipal utilizada no Caderno Temático de Mobilidade e Transportes. Um instrumento fundamental para tal avaliação é a Pesquisa Origem/Destino (O/D), cuja edição mais recente, publicada em 2023 (Metrô, 2025), revelou, entre outros pontos, uma redução de aproximadamente 6,5 milhões de viagens diárias em relação a 2017. (Metrô⁴, 2025).

Os resultados obtidos evidenciam o protagonismo da capital paulista e indicam desempenho favorável em municípios como Guarulhos, Mogi das Cruzes e São Bernardo do Campo – este último destoando dos demais da Região do Grande ABC⁵. Em linhas gerais, verifica-se melhor estruturação dos órgãos municipais de gestão da mobilidade, embora oito municípios, localizados nas extremidades da RMSP, ainda não tenham elaborado seus respectivos Planos de Mobilidade⁶.

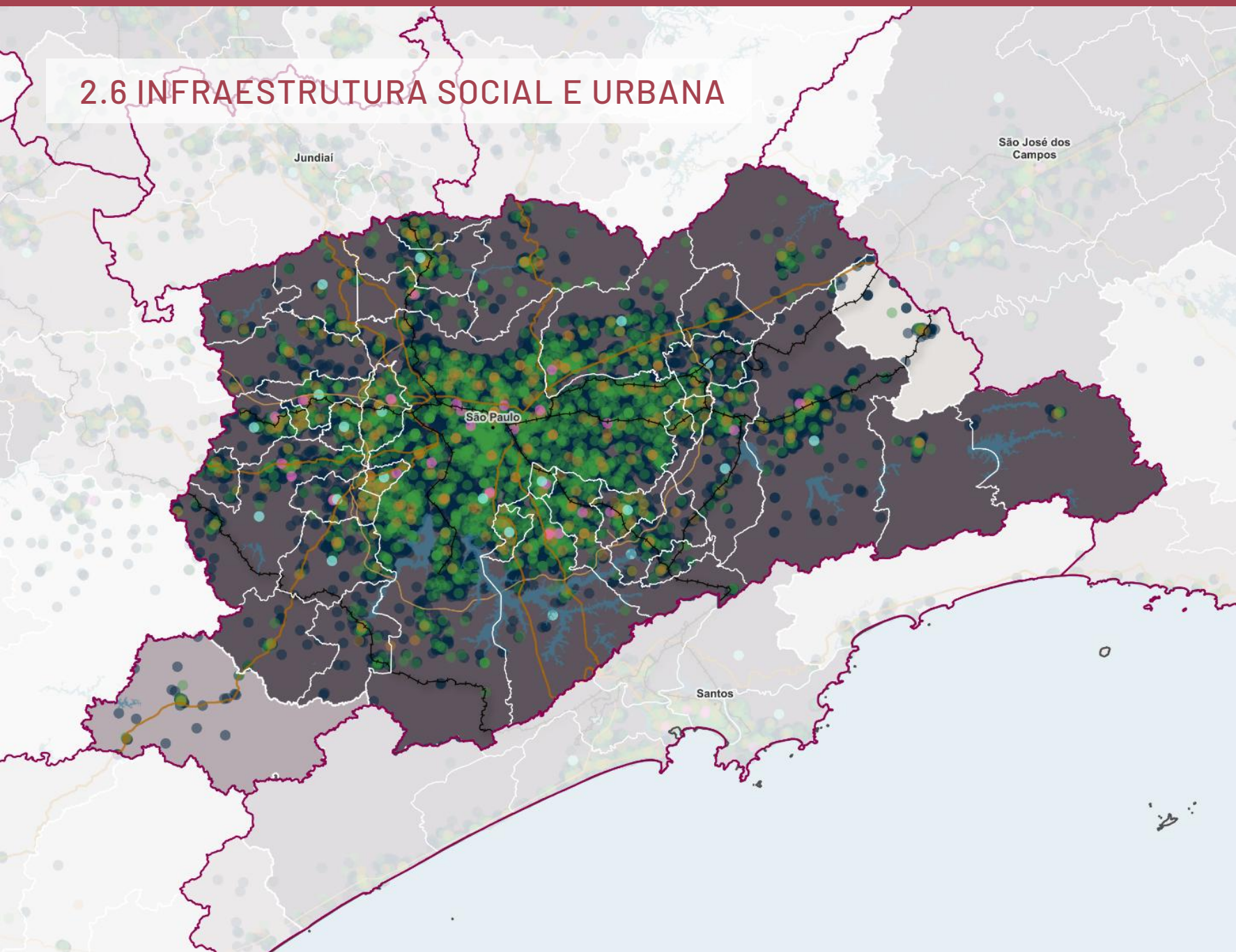
A intensa conurbação observada exige que a organização do território supere a lógica estritamente municipal, demandando atuação articulada com a instância estadual. Essa melhor estruturação institucional, somada à elevada densidade populacional⁷, contribui para a redução da taxa média de óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes. Contudo, persistem índices elevados nos extremos leste e oeste da RMSP e, em números absolutos, a região ainda lidera amplamente esse indicador negativo.

⁵ Formado por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

⁶ Tratam-se das cidades de: Juquitiba, São Lourenço da Serra, Pirapora do Bom Jesus, Cajamar, Guararema, Biritiba Mirim, Salesópolis e Rio Grande da Serra.

⁷ Incluindo as duas mais populosas cidades do estado, respectivamente, São Paulo e Guarulhos.

2.6 INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA



INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA - SÍNTESE

Região de São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Equipamentos

- Saúde (SEADE, 2023)
- Educação (SEADE, 2023)
- Assistência Social (SEDS, 2024)
- Estádios de Futebol (CBF, 2016)
- Presença de um ou mais shopping centers no município (ABRASCE, 2024)

Índice de Atração Geral, por AP (REGIC, 2018)

- 0
- 1.013
- 4.515.194

Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

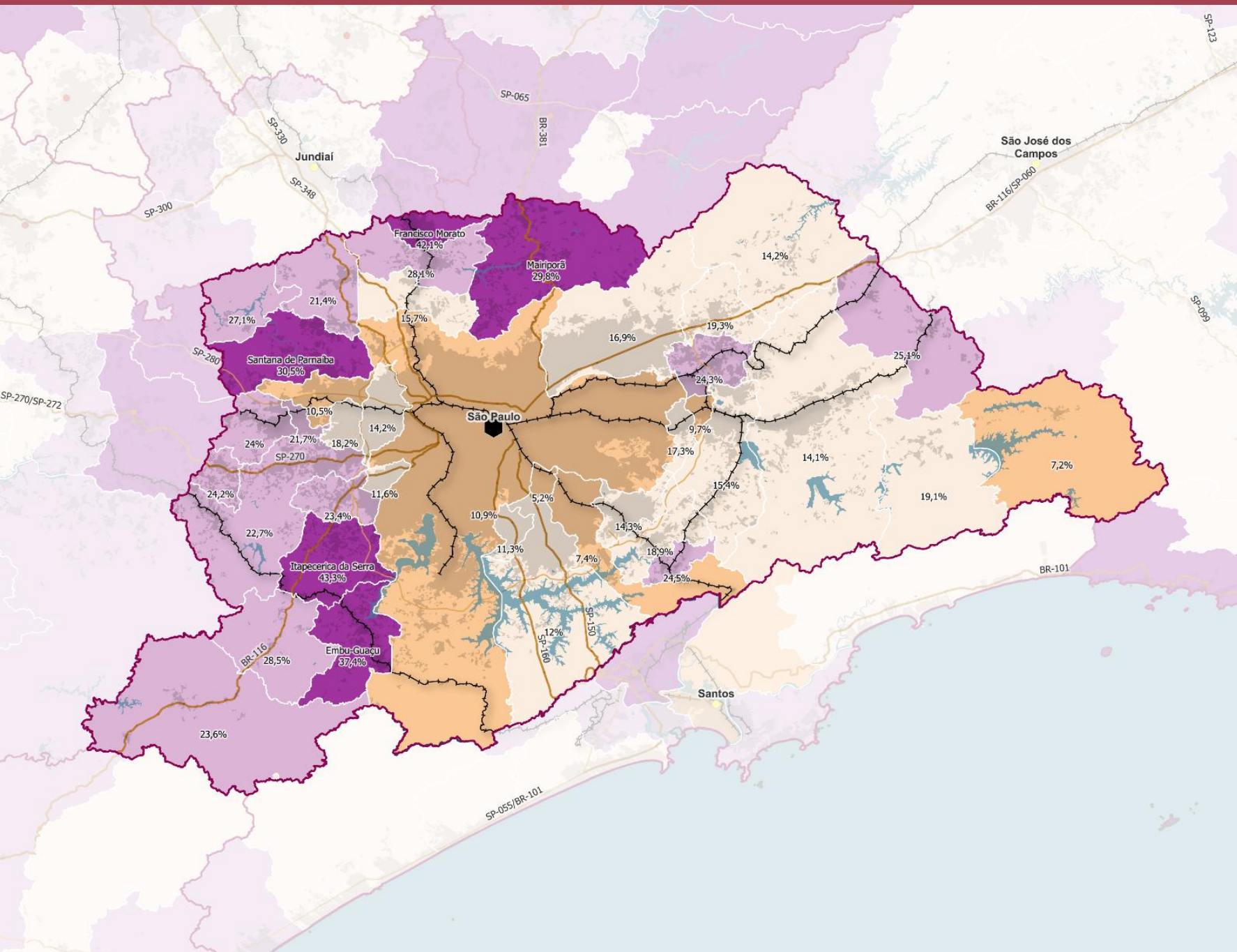
O levantamento dos dados sobre a infraestrutura social busca verificar o atendimento através de equipamentos e serviços públicos relacionados com a garantia dos **direitos sociais e fundamentais**, que dão suporte à vida cotidiana da população: **educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer**.

Nos temas educação e saúde, todos os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo contam com, ao menos, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas municipais e estaduais. A Região apresenta 287 Instituições de Ensino Superior (14% públicas e 86% particulares), e, dos 409 hospitais regionais, 131 são públicos (58 estaduais, 02 federais e 71 municipais). Considerando a concentração dos equipamentos de saúde e educação na região, tem-se que o AP São Paulo apresenta 272 dos 273 hospitais regionais. O único hospital da região que se localiza fora do AP São Paulo encontra-se em Guararema.

A região apresenta os principais tipos de equipamentos de assistência social, e todos os municípios possuem, ao menos, uma unidade de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto 36 apresentam CREAS e somente 15 apresentam Centros Pop. Vale ressaltar que os equipamentos de assistência social são dimensionados conforme a necessidade e abrangência territorial e populacional.

Todos os municípios apresentam ginásios, e somente 3 não apresentam quadras e campos. Esta região é a que mais concentra shopping centers em todo o estado de São Paulo, são 98 no total. Os municípios que mais concentram shopping centers são: São Paulo (55 unidades), Osasco (5 unidades), Barueri (5 unidades), Guarulhos (4 unidades) e Cotia (4 unidades).

O AP (arranjo populacional) de São Paulo atrai a totalidade de deslocamentos para a região em todos os temas. Único AP classificado como Grande Metrôpole Nacional, a categoria mais alta da hierarquia da REGIC, apresenta uma grande concentração de equipamentos sociais, e se destaca como uma região atratora de viagens a nível nacional e internacional.



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL MUNICIPAL

Região de São Paulo
 ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)
- Grande Metrópole Nacional
- Percentual de Inadequação Habitacional em Relação ao Total de Domicílios (% - IBGE, 2010-2022; CDHU, 2024)
- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
 Projeção: Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
 Elaboração: Fipec, 2025

A estimativa das necessidades habitacionais da população do Estado de São Paulo sempre é uma atividade desafiadora, em grande parte, devido a diversidade e ao dinamismo da realidade socioeconômica de sua população e regiões. A identificação e dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionadas ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território. A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar com estimativa quantitativa de projeções do censo 2010 para cálculo de Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado, conforme metodologia elaborada por CDHU/UFABC para monitoramento do PEH 2011-2023.

A região PDUH de São Paulo corresponde à 58,05% da inadequação habitacional ajustada e 58,14% do déficit habitacional ampliado estaduais, sendo a região que mais contribui para o total de necessidades habitacionais estadual. Portanto, em decorrência deste grande volume, é um território cujas demandas habitacionais são prioritárias no contexto das ações de intervenção do Estado.

Nesse contexto, o município de São Paulo apresenta valores extremamente relevantes. O déficit ampliado, da capital é de 290.945 e a inadequação ajustada compreende 544.130 domicílios, o que equivalem, respectivamente, a uma participação de 54,7% do déficit regional e 45,9% da inadequação. Na sequência, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo e Santo André são os municípios com maior participação nas necessidades habitacionais da Região PDUH de São Paulo.

Quando analisado o percentual destas duas dimensões em relação ao total de domicílios dos municípios da região, observa-se uma concentração da inadequação na porção norte e oeste/sudoeste da RMSP, com destaque aos municípios de Itapeverica da Serra (43,3%), Francisco Morato (42,1%), Embu-Guaçu (37,4%), Santana de Parnaíba (30,5%) e Mairiporã (29,8%), com médias muito superiores à da região (13,5%) mostrando uma elevada demanda por melhorias das condições de habitabilidade. Em contrapartida, os maiores percentuais de déficit estão localizados no entorno da capital paulista, nos municípios de Diadema, Osasco, Embu, Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus, Barueri, Cajamar e Guarulhos, apresentando valores entre 7,2 e 8,3%.



3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO REGIONAL

A Região Metropolitana de São Paulo constitui o principal centro econômico e urbano do país, concentrando 51% do PIB estadual e 54% dos empregos formais. Essa centralidade, contudo, convive com um quadro persistente de desigualdades socioterritoriais, pressões ambientais e déficits de infraestrutura urbana e habitacional, que desafiam a sustentabilidade da Metrôpole.

Com grau de urbanização superior a 99%, a região abriga cerca de **2,9 milhões de pessoas vivendo em favelas** segundo dados do Censo 2022 do IBGE e uma estimativa preliminar do PDUH de pouco mais de **1,1 milhão de domicílios em inadequados**, muitos deles localizados em Áreas de Proteção aos Mananciais, especialmente no entorno das represas Billings e Guarapiranga. Esse padrão evidencia o conflito entre a **expansão urbana e a preservação ambiental**, que tende a se agravar diante das mudanças climáticas e do consequente aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos. As projeções indicam elevação das temperaturas médias, com intensificação dos períodos de estiagem e maior probabilidade de ocorrência de precipitações de alta intensidade.

A **vulnerabilidade hídrica** é um dos principais pontos críticos: a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, onde a RMSP está majoritariamente localizada, produz apenas metade da água necessária ao consumo da região, exigindo transposições interbacias e gestão integrada complexa dos recursos hídricos. A pressão sobre os mananciais, somada à impermeabilização crescente do solo e à ocupação irregular e de áreas de risco, reforça o quadro de fragilidade ambiental e precariedade urbana e habitacional.

No campo da **mobilidade urbana**, a RMSP apresenta um modelo altamente dependente do transporte rodoviário, com saturação das vias principais, falta de integração entre modais e desigualdade no acesso ao transporte coletivo. A população periférica, majoritariamente de baixa renda, é a mais impactada por deslocamentos longos e onerosos, evidenciando o descompasso entre oferta de emprego e moradia. O adensamento urbano e a verticalização, concentrados na capital e seu entorno, contrastam com a dispersão e a baixa conectividade das áreas mais externas da metrôpole.

Essas condições indicam a necessidade de instrumentos de governança metropolitana e de integração de políticas públicas para **Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)** estratégicas para a RMSP, notadamente Mobilidade, Meio Ambiente e Saneamento e Habitação. Embora o PDUI-RMSP e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado (ZEE-SP) representem avanços importantes para o planejamento regional, sua implementação carece de coordenação, de mecanismos de financiamento e de monitoramento de resultados.

O enfrentamento desses desafios requer uma estratégia articulada de desenvolvimento urbano e habitacional ancorada na redução das desigualdades socioterritoriais, adaptação às mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental. Para tanto, destacam-se como **diretrizes prioritárias para a ação pública** nessa Região do PDUH, coincidente com a RMSP:

- Integração metropolitana, com fortalecimento da articulação regional e consolidação de instrumentos para gestão compartilhada das FPICs;
- Requalificação e adensamento sustentável nas áreas com infraestrutura consolidada, evitando o espraiamento urbano e reduzindo a pressão sobre as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos, em especial em áreas de preservação e recuperação dos mananciais, áreas verdes preservadas e áreas de agricultura urbana ou periurbana;
- Ampliação da oferta de habitação de interesse social associada a políticas de regularização fundiária, recuperação ambiental, provisão de infraestrutura e promoção da rede de centralidades;
- Gestão integrada dos recursos hídricos, priorizando a segurança hídrica e a recuperação de áreas estratégicas para o abastecimento;
- Reestruturação da mobilidade regional, com diversificação modal, ampliação da rede de transporte coletivo de massa e incentivo à mobilidade ativa;
- Ampliação das áreas verdes e criação de corredores ecológicos, conforme proposto pelo Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas (SAVAP);

- Monitoramento e uso de indicadores territoriais e climáticos, em base geoespacial colaborativa, para subsidiar decisões e acompanhar os resultados das políticas públicas.

Tendo o PDUI-RMSP como eixo condutor e o PDUH 2040 como instrumento orientador de um novo paradigma de desenvolvimento urbano e habitacional, vislumbra-se a possibilidade de fortalecer a articulação entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo em torno de um projeto comum de desenvolvimento sustentável. Essa construção requer **cooperação interfederativa, participação social qualificada e inovação institucional**, reafirmando o papel do Estado de São Paulo como articulador e indutor do planejamento integrado e da gestão compartilhada do território metropolitano.